

Legislação

LEI Nº 12.815 DE 05/06/2013 - DOU 05/06/2013 - EDIÇÃO EXTRA

Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.

LEI Nº 12.816 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Altera as Leis nºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais.

LEI Nº 12.817 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do benefício para superação da extrema pobreza, e dá outras providências.

LEI Nº 12.818 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA, e dá outras providências.

LEI Nº 12.819 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Inclui o dia 2 de julho de 1823 entre as datas históricas do calendário de efemérides nacionais.

LEI Nº 12.820 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro.

LEI Nº 12.821 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Institui o Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito.

LEI Nº 12.822 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Altera o art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, para abrir crédito ao Banco Central do Uruguai, sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

LEI Nº 12.823 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Altera as Leis nºs 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.539, de 8 de novembro de 2007; cria cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, dos Planos de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, dos cargos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e dá outras providências.

LEI Nº 12.824 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências.

LEI Nº 12.825 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências.

LEI Nº 12.826 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 618 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ANS Nº 330 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013 (Ministério da Saúde)

Altera a Resolução Normativa - RN nº 309, de 24 de outubro de 2012, que dispõe, em especial, sobre o agrupamento de contratos coletivos, para prorrogar o prazo previsto para as operadoras atualizarem o cadastro dos temas do instrumento jurídico dos planos registrados.

RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 2.919 DE 04/06/2013 - DOU 06/06/2013

Aprova a norma para disciplinar o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação na navegação de apoio marítimo.

RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 2.920 DE 04/06/2013 - DOU 06/06/2013

Aprova a norma para disciplinar o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação na navegação de cabotagem.

RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 2.921 DE 04/06/2013 - DOU 06/06/2013

Aprova a norma para disciplinar o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação na navegação de apoio portuário.

RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 2.922 DE 04/06/2013 - DOU 06/06/2013

Aprova a norma para disciplinar o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação para o transporte de carga no tráfego de longo curso e para a liberação do transporte de carga prescrita à bandeira brasileira por empresa de navegação estrangeira.

RESOLUÇÃO ANVISA Nº 27 DE 06/08/2010 - DOU 09/08/2010 - RET 06/06/2013

Dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário.

PORTARIA MPS Nº 283 DE 04/06/2013 - DOU 06/06/2013 (Ministério da Previdência Social)

Aprova a utilização do indicador Idade Média do Acervo IMA-GDASS, para fins de apuração da parcela institucional da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE) e da Gratificação de Desempenho do Plano Geral do Poder Executivo (GDPGPE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 11 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013

Altera a Instrução Normativa nº 08/2011, que regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento para a Compensação Ambiental.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.362 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013 (Ministério da Fazenda)

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.313, de 28 de dezembro de 2012, que estabelece regras especiais sobre obrigações tributárias acessórias para as pessoas jurídicas que gozam dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, relativos à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

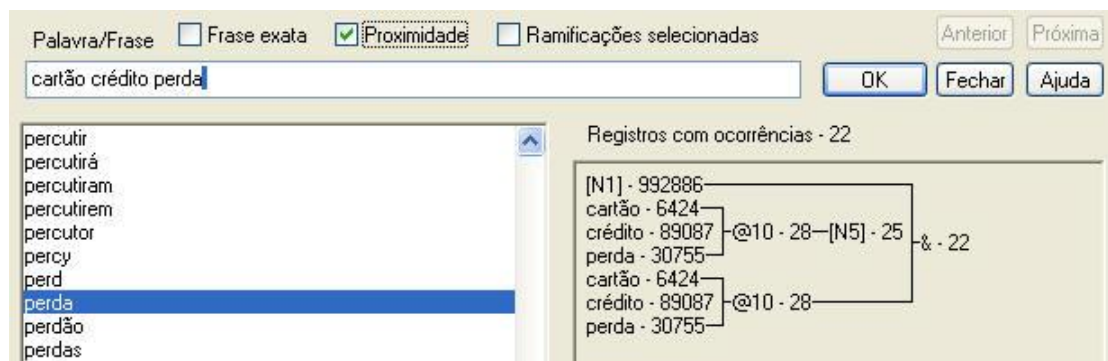
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.363 DE 05/06/2013 - DOU 06/06/2013 (Ministério da Fazenda)

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.293, de 21 de setembro de 2012, que dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à utilização na Copa das Confederações Fifa 2013 e na Copa do Mundo Fifa 2014, de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.

Dica do Dia

No DVD *Juris Plenum Ouro*, ao pesquisar mais de uma palavra no campo “Palavra/Frase”, pode-se assinalar a opção “Proximidade”.

A pesquisa será feita com as palavras digitadas aparecendo em qualquer ordem com até 10 palavras entre elas. Veja-se o exemplo abaixo:



Destaque

Dilma sanciona Lei dos Portos com vetos

A presidenta Dilma Rousseff sancionou a nova Lei dos Portos, com dez vetos ao texto aprovado pelo Congresso Nacional em maio. Os vetos englobam 13 pontos, e os principais referem-se a dispositivos que tratavam da renovação e prorrogação de concessões de portos e da garantia de concorrência que o novo marco regulatório quer implementar. O texto sancionado foi publicado ontem (5), em edição extra do Diário Oficial da União.

"Os vetos foram feitos para garantir o objetivo principal da lei, que é garantir a abertura e a competitividade do setor e afastar qualquer insegurança jurídica", justificou a ministra Gleisi Hoffmann, chefe da Casa Civil.

Entre os vetos estão trechos do Artigo 57 da lei, que tratava da prorrogação de contratos firmados a partir de 1993. Dilma vetou o dispositivo que permitia a prorrogação desses contratos desde que o arrendatário promovesse os investimentos para expansão e modernização dos portos.

Na justificativa do veto, a presidenta argumentou que o texto "extrapola os termos dos contratos de arrendamento vigentes" e tenta estabelecer "salvaguardas contra a ampliação do setor" para os terminais que já estão em funcionamento, inviabilizando o aumento da concorrência no setor.

Também foi vetado o Parágrafo 1º do Artigo 5º, que também tratava da prorrogação dos contratos de concessão e arrendamento vigentes. O Congresso retirou do texto a expressão "a critério do Poder Concedente", o que, na prática, criaria um mecanismo de prorrogação automática. "Tal modificação retira do Poder Executivo a prerrogativa de avaliar a conveniência e a oportunidade de cada prorrogação, prejudicando sua capacidade de planejamento e gestão do setor portuário e violando o princípio constitucional da separação dos poderes."

Outro veto retira da lei o conceito de "terminal indústria", para dar fim à distinção entre carga própria e de terceiros. Na avaliação do governo, a restrição da utilização de um terminal apenas para carga própria reduziria a competitividade e poderia travar o setor.

A presidenta também vetou o trecho que dava exclusividade da segurança dos portos à Guarda

Portuária e um artigo relativo ao cadastro de mão obra avulsa para trabalho nos portos, porque não deixava claro o alcance do novo cadastro e dava margem à conflito com as funções do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo).

Segundo Gleisi Hoffmann, o governo está trabalhando na regulamentação da nova lei, que deverá sair em 15 dias. A regulamentação de trechos relativos aos trabalhadores será discutida separadamente, com a participação dos representantes do setor e de representantes da Previdência e do Trabalho.

Com a sanção, o governo espera publicar os estudos para as primeiras concessões de arrendamento de portos no começo de julho. No primeiro bloco estarão 52 terminais do Porto de Santos e da Companhia Docas do Pará. Já o primeiro lote de autorizações para novos portos deverá sair em outubro.

Fonte:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>

Notícias

STF

[Concedido HC para afastar prisão preventiva decretada com fundamentação insuficiente](#)

[Indeferido HC sobre prestação de serviços como condição para suspensão de processo](#)

[Plenário mantém admissão de "amigos da Corte" em ação que questiona regras sobre novos partidos](#)

STJ

[Afastada responsabilidade de ex-sócio de empresa dissolvida irregularmente](#)

[Bem de família pode ser penhorado em execução de sentença civil que homologa acordo para reparação de crime](#)

Charlô terá de desocupar restaurante do Jockey Club de São Paulo

Consumidor não deve responder sem limites por honorário advocatício em cobrança extrajudicial

Corte Especial determina que Google entregue dados de e-mail armazenados nos EUA

Desmembrada ação penal sobre operação Caixa de Pandora

Mantida demissão de auditor da Receita acusado de receber propina do Corinthians

Recebidas mais duas denúncias contra conselheiro do TCE-MT

TSE e TREs

TRE-RR - Tribunal extingue ação contra Anchieta Júnior por ilegalidade de provas

TST e TRTs

TST - Bradesco é absolvido em acusação de assédio moral coletivo

TST - Empregada submetida à apalpação em regiões íntimas será indenizada

TST - Herdeiros necessários têm prioridade para receber indenização por acidente de trabalho

TST - Tim é condenada em R\$ 6 milhões por terceirização irregular de call center

TST - Turma determina reintegração de servidora da USP demitida sem justa causa

TST - Turma mantém responsabilidade da COSAN em caso de assassinato no trabalho

TRFs

TRF1 - É constitucional a realização de teste de aptidão física para provimento em concurso para carteiro

TRF2 - MGX terá de desfazer alargamento do pier e retirar cisterna e estacas da Marina da Glória

TRF4 - Tribunal nega recurso de empresa e mantém suspensa extração de areia no Rio Jacuí

Tribunais Estaduais

TJAL - Tribunal desbloqueia imóvel pertencente ao Clube de Regatas Brasil (CRB)

TJAM - Juiz anula prorrogação de mandato da presidente do Caprichoso

TJCE - Acusado de tentativa de latrocínio e porte ilegal de arma é condenado a mais de 16 anos de prisão

TJCE - Empresas imobiliárias devem pagar R\$ 20 mil por não entregar imóvel no prazo

TJCE - Justiça determina que empresa de intercâmbio pague R\$ 30 mil para estudante por falha em serviço

TJCE - Moageira Serra Grande é condenada a pagar mais de R\$ 13 mil à vítima de acidente de trânsito

TJDFT - Juiz anula venda de ações entre sócios do Hotel Alvorada por constatar má-fé do comprador

TJDFT - Hospital é condenado a fornecer medicamento a bebê

Demais Órgãos

MPF/GO - Ministério Público Federal aciona Conselho Federal de Medicina por causa de resolução que trata da reprodução assistida

MPF/MS - Governo do Estado deve prestar atendimento policial às comunidades indígenas

MPF/RJ - Ministério Público Federal consegue condenação da Oi por propaganda enganosa de plano de DDD

As notícias publicadas neste boletim são oriundas dos sites oficiais dos tribunais.

Se você não conseguir visualizar esta mensagem, [acesse este link](#)